

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Frente Parlamentar pela Paz Mundial



FOTOMONTAGEM/DIVULGAÇÃO/JC

Os senadores gaúchos Paulo Paim (PT) e Hamilton Mourão (Republicanos), juntamente com outros nove senadores, apresentaram um requerimento para a realização de uma sessão especial no Senado Federal em celebração à criação da Frente Parlamentar pela Paz Mundial. O objetivo da frente é engajar o Poder Legislativo na construção de agendas globais de pacificação e direitos humanos: “Fortalecer a atuação do Senado Federal em defesa da paz, bem como, estimular a participação de parlamentares e o engajamento na promoção de ações e de políticas que favoreçam a justiça social”, justifica Paim.

Fies tem 3,9 mil inscritos no RS

O Fies do 2º semestre registrou 3.957 candidatos no Rio Grande do Sul. O Ministério da Educação informa que os pré-selecionados devem complementar as informações no portal “Fies Seleção”. Os demais inscritos entram automaticamente na lista de espera, cujas chamadas ocorrem de 7 de agosto a 24 de setembro.

Sem perder a serenidade

Na abertura do segundo semestre do ano Judiciário de 2026, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, destacou a relevância do diálogo e da convivência com o debate público. “A força institucional do STF não reside na ausência de crítica, mas na capacidade de conviver com ela sem perder a serenidade necessária ao exercício da função jurisdicional”, declarou.

Penhora de associação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime relatada pela ministra gaúcha Nancy Andrighi, estabeleceu que a proteção legal que impede a penhora de quantias até o limite de 40 salários-mínimos não se aplica a “pessoas jurídicas sem fins lucrativos”. Com o entendimento, foi mantido o bloqueio sobre a conta-corrente de uma associação de Santa Catarina executada.

MPF cobra prefeitura de Carazinho

Já o Ministério Público Federal (MPF) expediu uma recomendação à prefeitura de Carazinho para que regularize, em até 30 dias, informações de uma emenda parlamentar (emenda Pix). O recurso foi destinado à aquisição de veículos para a saúde municipal, mas apresentou “omissão documental” e “inconsistências” na prestação de contas, de acordo com o MPF.

Sigilo de 100 anos no caso Banco Master

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB) apresentou um pedido de informações ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, cobrando esclarecimentos sobre a imposição de sigilo de 100 anos sobre a lista de visitantes do empresário Daniel Vorcaro na Polícia Federal. “Prometer transparência em palanques e entregar sigilos centenários nos gabinetes é uma afronta à democracia”, escreveu. O parlamentar argumenta que o segredo pode estar sendo utilizado para ocultar a identidade de autoridades e agentes políticos que mantiveram contato com o preso.

Ex-assessor de Lula pede para deixar campanha

Estopim foi operação com empresária amiga de Lulinha, ambos alvos da PF



O ex-chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, pediu para deixar a campanha do presidente à reeleição. Ele estava sob pressão após virem à tona informações sobre o pagamento de despesas suas pela empresária Roberta Luchsinger.

Marcola afirmou ter tomado um empréstimo de R\$ 249 mil de Roberta Luchsinger. Roberta é amiga de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, também alvo de apurações da PF. Em nota divulgada à imprensa, ele afirmou que jamais houve nada além do empréstimo pessoal que obteve junto a ela e que esta foi uma movimentação “de natureza estritamente privada”. Também declarou que seus sigilos bancário e fiscal estão à disposição da Justiça e que constituiu advogado e o orientou a fazer uso de todos os documentos para esclarecer os fatos.

Aliados de Lula relatam que Marcola estava abatido desde que o caso veio à tona. Ele teria contado ao presidente e a integrantes da campanha sobre as operações com Roberta Luchsinger mais ou menos na época em que deixou a chefia de gabinete do presidente, há duas semanas.

A saída do cargo, e entrada na campanha, teria sido motivada pelo potencial desgaste das transações. A ideia era que ele tivesse um papel discreto na equipe que coordenava a reeleição de Lula. As operações entre Marcola e Roberta começaram a vir a público na se-

gunda-feira, pelo site Poder360.

Depois, foi noticiado que ela havia pagado contas do ex-assessor de Lula. De acordo com pessoas com conhecimento das investigações, Roberta pagou boletos do auxiliar de Lula entre quatro e seis meses de 2024. A informação foi revelada pelo portal Metrôpoles e confirmada pela reportagem. Procurada ontem, a defesa de Marcola não se manifestou.

Aliados do presidente relataram à reportagem que Marcola contou sobre os pagamentos de contas. Segundo relatos, o ex-assessor teria dito que a quantia foi toda por meio dessas operações, sem um depósito em dinheiro em seu nome. De acordo com esses aliados do petista, Marcola teria sido recentemente alertado por um advogado que a situação era problemática e buscado devolver o dinheiro à empresária. Roberta é empresária e sócia da RL Consultoria e Intermediações.

Em maio, ela disse à PF que apresentou Lulinha para o lobista

Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o Careca do INSS, antes da deflagração da Operação Sem Desconto. A operação investiga um esquema que teria descontado mais de R\$ 6 bilhões dos beneficiários do INSS de 2019 a 2024. O Careca do INSS é apontado pela PF como um dos operadores centrais do esquema de fraudes nos descontos de aposentadorias.

Em dezembro passado, Roberta foi alvo de buscas. Na apuração sobre o esquema, a PF afirmou ter encontrado pagamentos de uma empresa ligada a Careca para uma companhia de Roberta, totalizando R\$ 1,5 milhão. Marcola já assessorava Lula havia quase sete anos quando o hoje presidente ganhou a eleição de 2022. Quando o petista estava preso, entre 2018 e 2019, era o assessor que levava recados de Lula a outros políticos.

Já no governo, Lula escalou seu assessor como chefe de gabinete, sendo o principal responsável pela agenda presidencial.

RICARDO STUCKERT/PR/DIVULGAÇÃO/JC



Há duas semanas, Lula tinha levado Marcola para atuar na campanha

TCU envia ao TSE lista de gestores com contas rejeitadas

O Tribunal de Contas da União (TCU) entregou nesta terça-feira à Justiça Eleitoral uma lista com os nomes de 6,1 mil pessoas que tiveram contas julgadas irregulares nos últimos oito anos. A entrega foi feita pelo presidente do TCU, Vital do Rêgo, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques.

Com os dados em mãos, os juízes eleitorais de todo o País poderão analisar se candidatos que estão entre os citados na lista poderão concorrer às eleições de outubro.

O levantamento envolve agentes públicos que tiveram as contas de gestão consideradas irregulares pelo tribunal de contas. As irregularidades é uma das causas de inelegibilidade previstas na legislação. A lista é composta por 135 vereadores e 144 prefeitos de municípios de pequeno porte, além dos demais citados.

As contas são irregulares quando é reconhecida omissão na prestação dos valores gastos, danos aos cofres públicos, desvio de recursos e descumprimento reiterado das

determinações do TCU.

O primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro, quando serão eleitos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente. Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.